



MPRJ | **MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE
RECLAMAÇÃO Nº 64943-RJ
EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

RECLAMAÇÃO Nº 64943-RJ

Reclamante: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**Reclamado: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

**Beneficiários dos atos reclamados: ESTADO DO RIO DE JANEIRO e
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

○ **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**, por seu Procurador-Geral, no uso de suas atribuições legais e
constitucionais, vem, **tempestivamente**, apresentar a Vossa Excelência a
presente manifestação, nos autos da **RECLAMAÇÃO N.º: 64803-RJ**,
distribuída perante esta Corte Excelsa pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO
FEDERAL**.

P. deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2024.

EDUARDO DA SILVA LIMA NETO:58051619749

Assinado de forma digital por EDUARDO DA SILVA LIMA NETO:58051619749
Dados: 2024.01.15 16:33:12 -03'00'

EDUARDO DA SILVA LIMA NETO
Procurador-Geral de Justiça
(em exercício)

MARLON OBERST CORDOVIL
Subprocurador-Geral de Justiça de Assuntos Cíveis e Institucionais

SÁVIO BITTENCOURT
Procurador de Justiça
Assessor-Chefe da Assessoria de Recursos Constitucionais Cíveis

ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS
Avenida Marechal Câmara, nº 350, 7º Andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP – 20.020-080
Telefone: (21) 2550-7329

e-mail: arccivel@mprj.mp.br

REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA

SAF/SUL – Quadra 02, Lote 02, Bloco B, Salas 402/403, CEP – 70.070-600
Telefones: (61) 3339-6607 e (61) 3339-6687



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE
RECLAMAÇÃO Nº 64943-RJ
EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, por seu Procurador-Geral, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, vem, **tempestivamente**, apresentar manifestação nos autos da **RECLAMAÇÃO N.º: 64943-RJ**, distribuída perante esta Corte Excelsa pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelos motivos que passa a expor:

DA INTIMAÇÃO

O Exm.º Sr. Ministro Vice-Presidente, em despacho constante no e-DOC nº 6, determinou a intimação para que os beneficiários dos atos reclamados se manifestem nos autos sobre o pedido liminar requerido no prazo comum de 5 (cinco) dias corridos. Tendo tomado conhecimento do teor do referido despacho, o *Parquet* estadual se dá por intimado e passa a se manifestar sobre os pedidos liminares e principais.

BREVE RESUMO DOS FATOS

Em primeiro lugar, se faz mister consignar que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pelo PGJ signatário, está de pleno acordo com a defesa de todos os direitos fundamentais da criança e do adolescente. Esta afirmação, para além da obviedade, é necessária porque a dimensão midiática que esta questão assumiu acaba por acarretar uma deturpação do objeto de discussão, colocando em risco a correta compreensão do que se debate, efetivamente.

2



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS**

Destarte, a resistência que se opõe a decisão monocrática de primeiro grau não se baseia na negação de direitos que são evidentes, como o de ir e vir, por exemplo, mas, sobretudo, na exiguidade da instrução pré-processual, tanto no que pertine à prova ou indícios fortes ou suficientes para justificar a busca da tutela jurisdicional de urgência, quanto na ausência de interlocução com os poderes constituídos com atribuição administrativa sobre o tema.

Vale dizer, o que vai se argumentar nas linhas seguintes desta peça não conterà uma só nota de negação dos direitos de crianças e adolescentes, mas de questionamento da justa causa para a submissão da questão à tutela judicial, sobretudo em razão de uma decisão liminar monocrática de piso, que além de reafirmar mandamentos legais de conhecimento geral, cria uma série de regras de comunicação e encaminhamentos estranhos à legislação administrativa.

Com efeito, antes que esta Reclamação se transforme em plataforma pública de defesa de direitos, que certamente existem e devem ser respeitados, é importante que a análise do que se debate seja realizada de forma racional e livre das paixões inerentes às militâncias políticas (que são legítimas, registre-se). As questões fundamentais serão, smj, se há lesão ou ameaça a direitos comprovada ou fortemente indiciada; se a via da *actio* é necessária para garantir direitos e, finalmente, se há resistência por parte dos demandados em respeitar os direitos reclamados.

Ex positis, passa-se ao relato do essencial.

Trata-se de Reclamação, com pedido liminar, proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em que pretende o Reclamante:

“a) a concessão de medida liminar, nos termos do art. 989, II, do CPC, para suspensão imediata, até o julgamento final desta reclamação, dos efeitos da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro nos autos da Suspensão de Liminar n. 0103837- 66.2023.8.19.0000, no que diz respeito à suspensão da decisão do Juízo da 1ª Vara da Infância, Juventude e Idoso da Comarca da Capital, proferida na Ação Civil Pública n. 0802204-87.2023.8.19.0255, no ponto em que determinou que o Estado e o Município do Rio de Janeiro se abstivessem de apreender e conduzir adolescentes senão em hipóteses de

3



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS**

flagrante de ato infracional, de ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária ou de situação em que seja aplicável medida protetiva de urgência, nos termos previstos no ECA;

b) a procedência do pedido para, confirmando-se a liminar, cassar em parte a decisão reclamada, no ponto em que suspendeu a determinação de que o Estado e o Município do Rio de Janeiro se abstivessem de apreender e conduzir adolescentes senão em hipóteses de flagrante de ato infracional, de ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária ou de situação em que seja aplicável medida protetiva de urgência, nos termos previstos no ECA;”

Cuida-se, na origem, de Ação Civil Pública (processo 0802204-87.2023.8.19.0255) ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Relatou o *Parquet*, em primeira instância, a existência de comunicação do Conselho Tutelar da Zona Sul do Rio de Janeiro e da Central de Recepção Adhemar Ferreira de Oliveira – Central Carioca sobre apreensões de adolescentes pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e pela a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que seriam feitas em protocolo definido como “Operação Verão”, com o fim de interditar ônibus e impedir que adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis cheguem às praias do Rio de Janeiro.

A instrução da referida ACP foi amparada tão somente na mencionada comunicação do Conselho Tutelar e dados obtidos na Central de Recepção Carioca, sem maiores interlocuções com os poderes públicos envolvidos, nem tentativa de criação de protocolo de atuação que resguardasse os direitos dos adolescentes. Destarte, a etapa investigativa que precedeu à propositura da ação foi extremamente curta.

Entenderam os Promotores de Justiça signatários da petição inicial da ACP, no exercício da sua independência funcional, em resumo, que era necessário se determinar, em sede liminar, ao Estado do Rio de Janeiro e ao Município do Rio de Janeiro que se abstivessem de apreender e conduzir adolescentes a Delegacias de Polícias, Serviços de Acolhimento, CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares e outros equipamentos senão em hipótese de flagrante de ato infracional, situação que demande



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS

medida protetiva de urgência, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária.

No mérito, requereram a indenização por dano moral a ser paga pelos réus em favor dos adolescentes apreendidos na referida operação já identificados na inicial e a outros identificados posteriormente, além da indenização a título de dano moral difuso a ser revertida ao fundo previsto no artigo 214 do ECA.

O d. Juízo da 1ª Vara da Infância e Juventude e do Idoso da Comarca da Capital, em decisão liminar, impôs ao Estado e ao Município do Rio de Janeiro a abstenção da apreensão de crianças e adolescentes no âmbito da denominada “Operação Verão”, salvo em hipótese de flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária.

Ato contínuo, o Estado e o Município do Rio de Janeiro requereram ao E. Tribunal de Justiça a suspensão de liminar, a qual foi tombada sob o nº 0103837-66.2023.8.19.0000.

O Exmº. Sr. Presidente daquela E. Corte deferiu o pleito de suspensão imediata da execução da decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Infância, Juventude e Idoso da Comarca da Capital nos autos ação civil pública nº 0802204-87 2023.8.19.0255, até o trânsito em julgado do provimento de mérito.

Inconformado, o Ministério Público Federal ajuizou a presente Reclamação, alegando que a decisão da Presidência do E. TJ-RJ afronta diretamente o decidido na ADI nº 3446.

Todavia, como se evidenciará, não há respaldo para a concessão de liminar e a Reclamação há que ser julgada improcedente.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS

O DIREITO

DA INEXISTÊNCIA DE AFRONTA À ADI 3446 POR PARTE DA DECISÃO RECLAMADA (PROFERIDA NOS AUTOS DA SUSPENSÃO DE LIMINAR Nº 0103837-66.2023.8.19.0000). AUSÊNCIA DE “ESTRITA ADERÊNCIA”.

Mesmo antes do CPC/2015, que aumentou as hipóteses de cabimento da Reclamação, em conformidade com seu intuito de valorização dos precedentes jurisprudenciais, o Supremo Tribunal vem delineando os contornos desse remédio constitucional, com vistas a impossibilitar a multiplicação das inúmeras demandas, desnecessariamente levadas ao âmbito da Corte Maior.

Exemplo disso é o voto proferido, em 1952, por Rocha Lagoa, então Ministro do Supremo Tribunal Federal:

“A competência não expressa dos tribunais federais pode ser ampliada por construção constitucional. Vão seria o poder, outorgado ao Supremo Tribunal Federal de julgar em recurso extraordinário as causas decididas por outros tribunais, se lhe não fora possível fazer prevalecer os seus próprios pronunciamentos, acaso desatendidos pelas justiças locais. A criação dum remédio de direito para vindicar o cumprimento fiel das suas sentenças, está na vocação do Supremo Tribunal Federal e na amplitude constitucional e natural de seus poderes. Necessária e legítima é assim a admissão do processo de Reclamação, como o Supremo Tribunal tem feito. É de ser julgada procedente a Reclamação quando a justiça local deixa de atender a decisão do Supremo Tribunal Federal”

(Rcl 141 primeira / SP, Relator(a): Min. ROCHA LAGOA, Julgamento: 25/01/1952, Órgão Julgador: Tribunal Pleno, Publicação DJ 17-04-1952 PP-03549 EMENT VOL-00078-01 PP-00001)

No aperfeiçoamento dos contornos da Reclamação, surgiu o requisito de admissibilidade da **estrita aderência**. Quanto a ele, destacamos o entendimento do Exm^o. Sr. Min. Celso de Mello na Rcl 22539 AgR / RS (DJe 17/09/2018):



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS**

“Os atos questionados em qualquer reclamação – nos casos em que se sustenta desrespeito à autoridade de decisão do Supremo Tribunal Federal – hão de ajustar-se, com exatidão e pertinência, aos julgamentos desta Suprema Corte invocados como paradigmas de confronto, em ordem a permitir, pela análise comparativa, a verificação da conformidade, ou não, da deliberação estatal impugnada em relação ao parâmetro de controle emanado deste Tribunal. Precedentes. – O remédio constitucional da reclamação não pode ser utilizado como um (inadmissível) atalho processual destinado a permitir, por razões de caráter meramente pragmático, a submissão imediata do litígio ao exame direto do Supremo Tribunal Federal.”

Tem-se, então, que essa Corte Excelsa tem exigido uma análise comparativa entre a decisão reclamada e a decisão apontada como violada que torne claro o vilipêndio a fim de se verificar a correspondência, o que não ocorreu no caso em comento.

Ora, a verificação da estrita aderência no presente caso exige considerar que *“é possível acontecer de uma norma ser constitucional no seu relato abstrato, mas revelar-se inconstitucional em uma determinada incidência (...)”*¹

Essa Corte Excelsa tem diversos precedentes em que houve **distinção** entre os planos abstrato e concreto da interpretação constitucional e, como conclusão, a negativa de seguimento da reclamação por ausência do requisito da aderência estrita.

¹ BARROSO, Luís Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de. O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. In: BARROSO, Luís Roberto [org.]. A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas. 2ª ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 377.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS**

Um dos precedentes a ser considerado diz respeito à Rcl 28176-AgR, julgada há pouco mais de 01 ano (Rel. NUNES MARQUES, Segunda Turma, julgado em 08-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-170 DIVULG 25-08-2022 PUBLIC 26-08-2022).

Nela, assentou-se a seguinte conclusão:

2. Na ADI 5.135 analisou-se a constitucionalidade do parágrafo único do art. 1º da Lei n. 9.492/1997 – introduzido pela de n. 12.767/2012 –, o qual incluiu a Certidão da Dívida Ativa (CDA) no rol de títulos sujeitos a protesto. 3. O ato reclamado não assentou a inviabilidade, em abstrato, do protesto da CDA, mas a ausência de razoabilidade, no caso concreto, da manutenção do protesto quando já em curso execução fiscal da dívida.

No caso em comento, vê-se que a ADI nº 3446 considerou constitucionais os artigos 16, I e 230 do ECA. A leitura do inteiro teor daquele Acórdão deixa claro que a pronúncia de invalidade desses dispositivos, *em abstrato*, significaria a própria negação do direito de liberdade de crianças e adolescentes. No entanto, há uma ressalva à possibilidade de delimitação, *in concreto*, do “âmbito de proteção da liberdade de ir e vir das crianças e de suas restrições ou limitações”, como asseverou o Ministro Gilmar Mendes em seu voto proferido na ADI nº 3446.

Na hipótese aqui sob análise, o que se tem é justamente uma realidade específica que, avaliando-se concretamente, traz vários direitos a serem protegidos: a liberdade, a segurança pública e a proteção de crianças e adolescentes.

A ADI 3446 não veda essa avaliação *in concreto*, antes a reputa ‘possível’ quando existirem “outros direitos constitucionalmente protegidos” em conflito e as restrições se revelarem compatíveis com a “condição de pessoas em desenvolvimento”.

A “Operação Verão” ocorre há vários anos na cidade do Rio de Janeiro (ainda que com outros nomes), respeitando todo o ordenamento jurídico de proteção à infância e juventude e com ditames recomendados e fiscalizados pelo Ministério Público, objeto de especial atenção de todos os seus órgãos, em acordo com os governos e a polícia local.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS

Também destacamos uma operação semelhante, apreciada por essa Corte Suprema no HC nº 89.96-RJ (Rel. Min. César Peluzo, publicação em 16/10/2009), em que se afirmou que o direito à liberdade de locomoção não tem contornos absolutos, mas, é ressalvado por restrições legais, como as políticas de proteção integral da criança e do adolescente.

Tais políticas previstas em lei e, sobretudo, no Estatuto da Criança e do Adolescente, permitem apreensão ou submissão à acolhimento quando há situação de risco.

Como sabido, apreensão é atividade socioeducativa, em flagrante ou com determinação judicial, indiscutivelmente, por previsão legal.

Já o acolhimento institucional é da esfera protetiva e não socioeducativa, e acontece em caso de situação de risco, com controle jurisdicional. Em regra, parte de decisão judicial, mas, pode ser feito em emergência, como permitido pelo ECA, nas hipóteses em que não haja tempo para ser pleiteado judicialmente. Esse acolhimento é feito emergencialmente pelo Conselho Tutelar ou, no caso do Estado do Rio de Janeiro, pela Secretaria de Assistência Social e há comunicação imediata ao Juízo da Infância e Juventude para acompanhamento judicial.

Em ambas as hipóteses, há apresentação ao promotor de justiça e após suas providências, ao juiz de garantias.

De se mencionar que é possível o adolescente se encontrar numa situação de risco por sua própria conduta. Havendo acolhimento, há comunicação ao juízo, e se houver desrespeito a direitos, ilegalidade ou irregularidade, o juízo tomará providências com vistas ao seu saneamento. (vide ECA, art. 98)

Passar da análise do que ocorre por previsão do ordenamento jurídico na “Operação Verão” seria questionar seu acerto ou desacerto, como parece fazer o Reclamante.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS**

Tal incursão implica avaliar fatos e provas, fugindo ao escopo da via da Reclamação.

Carece, portanto, a reclamação da estrita aderência necessária entre as decisões reclamadas e os julgados apontados como paradigmas, devendo, ter seguimento denegado.

**INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO *FUMUS BONI JURIS* E DO
PERICULUM IN MORA. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DA
LIMINAR REQUERIDA.**

Da leitura da inicial conclui-se que não se demonstrou a plausibilidade do direito nem tampouco o perigo da demora na prestação jurisdicional que podem justificar a suspensão da decisão proferida na suspensão de liminar nº 0103837-66.2023.8.19.0000 até o julgamento definitivo da presente Reclamação.

Somando-se à argumentação acima, a qual pretendeu demonstrar a ausência de respaldo dos pedidos do Reclamante, há que se acrescentar algumas observações de ordem institucional.

Não ignora o Ministério Público o fato de ter sido ele próprio o autor da ação civil pública objeto da decisão do d. Juízo da 1ª Vara da Infância, Juventude e Idoso da Comarca da Capital que o Reclamante pretende ver restabelecida em seus efeitos.

Ocorre que, cabe, nesta via, afirmar, com fulcro em sua independência funcional, que apesar do talento e da disposição dos promotores de justiça em primeira instância, dedicados à defesa dos direitos das crianças e adolescentes da capital de nosso estado, houve propositura de ação sem que a instrução prévia, exígua, permitisse a solução consensual da questão sobre eventuais pontos de divergência. Ao sentir da Chefia Institucional, também em gozo de independência funcional quando atua como órgão de execução, é plenamente possível se alcançar



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS**

os ajustes eventualmente necessários a partir de atuação resolutiva consensual.

É válido mencionar, novamente, que a temática dos presentes autos, qual seja, a definição e o acompanhamento de protocolo de atuação para as iniciativas estatais inseridas no contexto da chamada “Operação Verão”, é de longa data objeto de especial atenção por parte dos órgãos do MPRJ.

Nesse sentido, inclusive, traz-se à memória o Termo do Cooperação Técnica pactuado no ano de 2017, entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Transportes, Guarda Municipal e Secretaria de Ordem Pública, tendo por escopo a definição de um protocolo conjunto de atuação durante o período de verão nas praias do município do Rio de Janeiro (Anexo 1) .

Com efeito, é plenamente possível conciliar os diversos interesses juridicamente protegidos em questão social deste jaez, através da composição, sem correr os riscos sociais – que no caso do Rio de Janeiro são latentes – de decisões generalistas que desestimulem ou manietem as autoridades públicas, impedindo que tomem medidas necessárias às peculiaridades dos casos concretos.

Ressalte-se que, em nova e recente tentativa, materializada por meio do Ofício SEPMG/GCG nº 6480, datado de 8 de dezembro do corrente ano, **o Secretário de Estado de Polícia Militar repisa a solicitação preterita de auxílio para a nova pactuação nos moldes do ajuste do ano de 2017** (Anexo 2). A autoridade pública policial busca o *PARQUET* para reeditar, em ambiente de maturidade governamental e fora dos holofotes midiáticos, os detalhados encaminhamentos e posturas da atuação dos atores públicos no tratamento cotidiano dos desafios enfrentados.

Com esta provocação, estão sendo realizadas reuniões de trabalho *interna corporis*, a fim de se avaliar ***a possibilidade de nova negociação e consequente celebração do Termo de Cooperação***, para que haja uniformização e clareza para todos os responsáveis pelo bem estar da população e dos adolescentes.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS**

Pois bem. Os encaminhamentos acima noticiados evidenciam que o Ministério Público, através do Procurador-Geral de Justiça, tão logo tomou conhecimento, pelos órgãos de imprensa, do ajuizamento da ação civil pública perante o Juízo da 1ª Vara da Infância, Juventude e Idoso da Comarca da Capital, vem intensificando tratativas buscando o restabelecimento do diálogo institucional para a resolução da questão.

A Procuradoria-Geral de Justiça entende que, sobretudo frente às múltiplas razões de interesse público subjacentes ao tema dos autos, a intervenção no presente feito não pode descuidar do dever imposto pelo § 2º do art. 3º do CPC/2015 que estabelece que "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos" (grifamos). Com idêntico norte, preceitua o § 3º, do mesmo artigo, que "a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial".

O art. 6º, do CPC/2015, por sua vez, impõe que "todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva".

A busca de solução consensual é a que melhor se adequa aos complexos problemas subjacentes à demanda em comento, sobretudo porque as estruturas envolvidas, das diferentes esferas estatais, sejam elas de segurança pública, protetivas e de acolhimento social, **não possuem interesses antagônicos**. Ao revés, as tratativas já realizadas – e, sobretudo, a bem-sucedida construção de um protocolo no ano de 2017 – prenunciam considerável margem de consenso entre os atores envolvidos.

A conclusão que se pretende com a exposição de tais fatos é a inexistência da necessidade de concessão de tutela de urgência quando as partes não se encontram omissas na proteção dos interesses e direitos envolvidos, pelo contrário.

Há um histórico de acordos e de diálogo institucional, nos últimos anos, com efeitos positivos na defesa dos direitos envolvidos, logo são plenas as possibilidades de se repetir a experiência de anos e garantir aos adolescentes o melhor tratamento, de forma extrajudicial.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS**

Por fim, ressalte-se que a disciplina do ECA em relação a crianças e adolescentes traz um extremo controle judicial em hipóteses de apreensão ou acolhimento institucional. O princípio da reserva judicial tem plena aplicação, porque a apreensão de adolescente, em qualquer hipótese, gera a imediata apresentação desta ao Promotor de Justiça, capaz e comprometido a resguardar a integridade de seus direitos, sendo a apreensão analisada pelo Juiz de Direito em seguida. Assim também ocorre, no campo protetivo, com as crianças e adolescentes que se encontram em situação de perigo: ou são encaminhados a seus pais ou responsável, ou são acolhidos com imediata comunicação ao Juiz de Direito.

Só se pode concluir que eventuais abusos cometidos na apreensão ou no acolhimento serão objeto de tratamento pelo Ministério Público e pelo Juiz na sequência imediata de suas ocorrências. Desta forma, a regra é o controle das intervenções das forças de segurança, das secretarias de assistência social, dos conselhos tutelares, a cada caso, pelo trabalho incansável de Promotores e Juízes, como verdadeira garantia de cidadania plena do público infante-juvenil. Não é necessário que se reafirme judicialmente o que já está disposto na lei e que faz parte da praxe das instituições.

De acordo com **REIS FRIEDE**²:

“A não-produção do denominado periculum in mora inverso, necessariamente implícito no próprio bom senso do julgador, portanto, desponta inegavelmente como um pressuposto inafastável para a decisão final pela concessão da medida liminar – a ser sempre e obrigatoriamente verificado, de forma compulsória -, uma vez que, em nenhuma hipótese, poderia ser entendido como um procedimento lícito a modificação de uma situação de fato perigosa para uma parte – mas tranquila para outra – por uma nova que apenas invertesse a equação original, salvaguardando os interesses de uma das partes em detrimento da outra e ao elevado custo da imposição de gravames (até então inexistentes e por vezes até mesmo insuportáveis)”.

² FRIEDE, Reis, Aspectos Fundamentais das Medidas Liminares, 3. Ed., Forense Universitária, 1996, p. 194.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS**

Destarte, deve o julgador avaliar, quando da concessão de medida liminar, se o bem causado com o seu deferimento ao requerente não irá originar o *periculum in mora* inverso, resultando em dano à parte oposta.

Restabelecer a decisão do d. juízo de piso, sem tentativa prévia de acordo e com instrução probatória insuficiente - conforme se nota da leitura da inicial da ACP -, causa para a sociedade do Rio de Janeiro uma conturbação enorme, uma reação social desfavorável, podendo levar, inclusive, a atos de violência contra adolescentes, que já foram registrados e estão sob investigação.

Diante dos argumentos apresentados pela improcedência desta Reclamação e da ausência de *periculum in mora*, somados ao risco de *periculum in mora* inverso, há que ser indeferido o pedido de liminar.

CONCLUSÃO E PEDIDOS

Preliminarmente, requer o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro o **indeferimento da medida liminar requerida**, uma vez ausentes os pressupostos essenciais, em especial, aqueles que demarcariam a presença de qualquer tópico de caráter excepcional.

Diante do exposto, também, protesta por todos os meios de prova indicados na legislação processual civil e, **por fim, requer seja negado seguimento à reclamação por ausência do requisito da estrita aderência. Por eventualidade, requer a IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS.**

Por fim, requer a intimação de todos os atos processuais praticados na presente Reclamação, considerando a sua qualidade de parte no processo judicial originário.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS

Nestes termos,

P. deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2024.

EDUARDO DA SILVA LIMA
NETO:58051619749

Assinado de forma digital por EDUARDO DA SILVA
LIMA NETO:58051619749
Dados: 2024.01.15 16:33:54 -03'00'

EDUARDO DA SILVA LIMA NETO
Procurador-Geral de Justiça
(em exercício)

MARLON OBERST CORDOVID
Subprocurador-Geral de Justiça de Assuntos Cíveis e Institucionais

SÁVIO BITTENCOURT
Procurador de Justiça
Assessor-Chefe da Assessoria de Recursos Constitucionais Cíveis



Documento assinado digitalmente
SAVIO RENATO BITTENCOURT SOARES SILVA
Data: 15/01/2024 16:56:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>